



De 22 de maio a 27 de novembro de 2010

**CRONOGRAMA**

**22/05 – Abertura Oficial / Palestra**  
com Carmelo Muñoz e Deisy Ventura

**29/05 - Noções básicas de Direito**  
com Delana Corazza, Anaí Rodrigues, Sabrina Durigan Marques, Gustavo Reis e Janio Marinho

**12/06 - Acesso à Justiça (sistema)**  
com Representantes do MPD, AJD e DP

**26/06 - Economia e Mundo do Trabalho**  
com Elifas de Paula

**17/07 - Formação do povo brasileiro**  
com Ricardo Gebrim

**24/07 - Noções do Estado Brasileiro**  
com Eunice Aparecida de Jesus Prudente

**07/08 - Globalização**  
com Silvio Tendler

**21/08 - História dos Movimentos Sociais**  
com Maria da Glória Gohn

**28/08 - Participação Popular**  
com Luciana Zaffalon e Nelson Saule

**11/09 - Direitos Humanos**  
com Antonio Carlos Fester e Carlos Weis

**25/09 - Questão Agrária**  
com Ney Strozake e Wagner Giron de La Torre

**16/10 - Segurança Pública**  
com Geraldo Prado e Gabriel Sampaio

**23/10 - Questão de Gênero**  
com Maria Amélia Teles e Thais Nader

**06/10 - Direito à Comunicação**  
com Representantes do Intevozes e Rodrigo Nitri

**20/11 - Direito à Moradia**  
com Mariana Fix e Pedro Arantes

**27/11-Aula dos Defensores Populares - turma**

**Local**

Auditório da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Rua Boa Vista nº200, Próximo ao Metrô São Bento.

**Horário:** 9h às 13h

**Informações:** (11) 3101.8455

**Realização**

**Apoio:** Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS), Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CEDHEP), Central de Movimentos Populares (CMP), Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), União de Mulheres de São Paulo e CEDECA Interlagos, Instituto Paulo Freire e Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós Graduação (ANDHEP)

**Material de Divulgação do II Curso de Defensores Populares**

**Conteúdo:** Realizadores do curso

**Imagem e Produção:** Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa da Defensoria Pública do Estado

**Impressão:** Escola da Defensoria Pública do Estado

Maio de 2010

Defensoria Pública do Estado de São Paulo

**O que é o II Curso de Defensores Populares?**

O II Curso de Defensores Populares tem por objetivo a formação e articulação de lideranças populares capazes de combater a pressão social que sofrem diariamente as camadas menos favorecidas, capacitando-as para que encaminhem suas demandas autonomamente. A tarefa dos participantes, enquanto futuros defensores populares, será de contribuir para o processo de mudança da sociedade, transformando os saberes apreendidos em ações práticas para a efetivação dessa mudança.

Serão formadas lideranças populares, ligadas ou não a movimentos sociais, com alguma prática, que se iniciaram na mobilização popular, mas sem grande acúmulo teórico em direitos e instrumentos de acesso à justiça.

Os inscritos devem se comprometer a participar de todas as etapas de formação do curso, em repassar o conteúdo e utilizá-lo no dia-a-dia para a transformação social.



## Objetivos gerais e específicos

1. Estudar temas ligados a conhecimentos jurídicos indispensáveis para o exercício da cidadania.
2. Estudar a realidade sócio-histórica (econômica, política, cultural) do Brasil, compreendendo a história para possibilitar uma transformação do presente.
3. Apreender os conceitos de cidadania e saber utilizá-los para orientar a população na busca e conquista de seus direitos.
4. Compartilhar conhecimentos e experiências entre todos e entre as diferentes comunidades participantes.
5. Participar da produção de novos saberes adaptados à realidade atual, numa perspectiva de transformação.
6. Aprofundar a relação sobre a realidade brasileira no contexto da globalização da economia e contribuir para alterar a realidade de cada local que atuam.
7. Atuar no campo da cultura, com filmes, músicas e poesias. Valorizar e resgatar as raízes culturais como forma de resistência frente à massificação e homogeneização a que tende o mundo hoje.
8. Contemplar a questão de gênero e a diversidade das lutas sociais do Brasil.
9. Estar capacitado para a atividade de formação, e de repasse desse conhecimento.

## Resultados Esperados

1. Fortalecer as lutas populares;
2. Desmistificar o tecnicismo do direito;
3. Democratizar o acesso à justiça e às instituições públicas;
4. Fortalecer a Defensoria Pública e sua relação com os parceiros, para que participem do processo de construção da instituição;
5. Capacitar para a mobilização na luta por direitos, saindo do “limite da reivindicação”;
6. Capacitar para reproduzir / multiplicar o direito;
7. Potencializar redes populares;
8. Democratizar o saber para democratizar o poder.

## Metodologia

A nossa proposta formativa é voltada para a transformação da realidade, de maneira que todas as pessoas tenham vida digna e possam ser felizes.

Este curso busca estudar e refletir sobre as causas da violência, da miséria e da infelicidade no meio em que vive nosso povo, estudando meios para combatê-las.

Acreditamos que a formação deve articular a experiência pessoal com a experiência do coletivo. Ela é, portanto, um processo de reconstrução do conhecimento em que educadores e educandos desmontam a realidade e a recriam a partir do interesse popular.

A proposta é que os participantes deste curso, educandos e educadores, embora com papéis

diferenciados, se respeitem e dialoguem como partes integrantes no processo de aprender e ensinar, partindo do pressuposto que a educação é um importante instrumento para a transformação da realidade e só tem sentido enquanto se for materializada para este fim..

Os temas serão abordados em seus aspectos históricos, culturais, econômicos, políticos e sociais geradores da nossa realidade atual, no intuito de promover reflexões mais aprofundadas sobre as possibilidades e os caminhos de sua transformação.

## O que é Defensoria Pública?

A Defensoria Pública do Estado é uma instituição prevista na Constituição Federal que presta assistência jurídica integral e gratuita à população que não tem condições de pagar por esse serviço. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi criada em 2006, por meio da Lei Complementar n. 988/06, resultado da mobilização de mais de 400 entidades da sociedade civil organizada.

Sob essa inspiração democrática, a referida lei consagrou importantes mecanismos de participação social na Instituição e conferiu à Defensoria Pública uma tarefa mais ampla do que a garantia de acesso ao Judiciário. Cabe à Defensoria protagonizar o incentivo de um novo enfoque de acesso à justiça, da qual é exemplo a Educação em Direitos.